

A ORGANIZAÇÃO DA ALMA: ELIAS E FOUCAULT SOBRE A DISCIPLINA E O EU*

Robert Van Krieken

*Tradução de Anamaria Cristina Schindler***

* Publicado originalmente com o título "The Organization of the Soul: Elias and Foucault on Discipline and the Self". In *Archives Européennes de Sociologie*. Cambridge, XXXI (2): 353-377, 1990.

** Doutoranda em Sociologia, na FFLCH-USP. Revisão de Helena Singer, doutoranda em Sociologia na FFLCH-USP e pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência-USP.

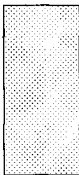
*** Este artigo resultou de uma pesquisa desenvolvida na Universidade de Sydney, através do seu Programa de Estudos Especiais. Versões preliminares foram elaboradas durante o ano de 1989 na Faculdade de Ciências Sociais, Universidades de Amsterdam e Leiden e no Instituto de Psicologia, da Universidade Livre de Berlim e eu gostaria de agradecer àqueles que ofereceram seus comentários e críticas.

Resumo: O autor aborda o debate recente sobre o conceito de disciplina, a partir das obras de Foucault e Elias. Remete-as à noção weberiana de "gaiola de ferro", ressaltando o desenvolvimento que ambos fizeram em direção ao processo de disciplinarização dos indivíduos. É comum aos três pensadores a visão de uma tendência crescente à autodisciplina nas sociedades cada vez mais racionalizadas, mas há distinções de ênfase. Enquanto para Weber o mais importante são as mudanças sociais e políticas, Elias enfatiza as mudanças nas interdependências humanas e na estrutura da conduta, e Foucault inverte a capacidade do poder disciplinar em "libertar" a energia psíquica e libidinal de modo a aproximá-las dos interesses da economia capitalista. O artigo continua abordando as distintas visões dos autores em relação à Idade Média e do "processo civilizatório". Ao final, levanta questões que deixaram de ser respondidas pelos três.

Palavras-chave: Elias - Foucault - Weber - disciplina - processo civilizatório - poder disciplinar - burocracia.

INTRODUÇÃO***

O conceito de "disciplina" é central para os vários caminhos nos quais a história da subjetividade ocidental foi abordada desde o século XIX. A premissa subjacente ao corpo da teoria social contemporânea não é apenas que houve uma transição da tradição para a modernidade (BENDIX, 1967), mas também que ser moderno significa ser disciplinado, pelo estado, pelos outros e por nós



mesmos; que a alma, tanto a nossa, quanto a dos outros, se tornou organizada no eu e objeto de reflexão e análise e, sobretudo, transformável a serviço de ideais tais como produtividade, virtude e força (SONNTAG, 1988; ROSE, 1990). A história das sociedades ocidentais tem sido caracterizada pelas crescentes objetivação e disciplinarização da subjetividade, um ordenamento da alma sempre intensificado, que conjugado com uma crescente individualização, parece ter nos tornado modernos completamente auto controlados, administrados, sem mencionar “autistas neutros” deprimidos (KAMPER, 1986:92-112). Karl Marx observou os efeitos disciplinares do trabalho fabril, a “compulsão cega” da utilização do trabalho e a emergência de uma classe trabalhadora que “por educação, tradição, hábito, vê as condições do modo (capitalista) de produção como leis naturais auto evidentes” (MARX 1954:689). Georg Simmel também examinou como a personalidade se acomoda às exigências de um meio ambiente urbano capitalista, enfatizando que a pontualidade, o cálculo e a exatidão se tornaram parte das personalidades modernas, de modo a excluir aquelas características soberanas, irracionais e instintivas, e aqueles impulsos que buscam determinar o modo de vida a partir de dentro” (SIMMEL, 1964:413). Dos teóricos sociais clássicos, Max Weber teve talvez o interesse mais intenso na disciplina, desde que, para ele, a disciplina associada com o protestantismo ascético teve um papel fundamental no desenvolvimento do capitalismo ocidental, talvez mesmo constituindo sua unicidade na história mundial (BREUER, 1978; VAN KRIEKEN, 1990).

Louis Mumford mais tarde ressaltou a “mudança da mente”, a “reorientação dos desejos, hábitos, objetivos” que acompanham a rendição das sociedades européias “à máquina” (MUMFORD, 1946:4). Os teóricos da escola de Frankfurt desenvolveram este ponto extensamente com o argumento de que o capitalismo moderno racionalizado produz um tipo disciplinado particular de constituição psíquica – baseados em seu interesse em desenvolver uma dimensão psicológica para a teoria social através da integração da psicanálise e do marxismo (FROMM, 1978; HORKHEIMER, 1982; MARCUSE, 1969; REICH, 1972; FRANKFURT INSTITUT FOR SOCIAL RESEARCH,




¹ Para a crítica da idéia de ligação da estrutura da personalidade com mudança social, que ele considera baseada na premissa de uma equivalência não existente entre a característica da “personalidade pública” de uma sociedade particular ou um período histórico e a estrutura do caráter de indivíduos particulares, ver Reinhard Bendix (1952).

² Usarei o termo “sociologia histórica” como ele é mais comumente usado nas discussões de língua inglesa, mas de qualquer maneira duas outras disciplinas geraram argumentos “historicizados” nas duas últimas décadas. Primeiro, a antropologia, por Lepenies (1976, 1977) e os recentes trabalhos de história social, que se autodenominam antropologia histórica que são Macfarlane (1986 e 1987) e Frykman & Lofgren (1987). Segundo, a psicologia histórica foi discutida por uma variedade de escritores, incluindo Mannheim (1940:16) e Berg (1957); para visões suplementares ver Gergen & Gergen (1984) e Juttemann (1988).

³ A questão é recorrente na teoria social. Em 1940 Karl Mannheim defendeu uma “psicologia histórica ou sociológica” e que “a compreensão da história e da ação contemporânea implicará uma psicologia diferente, que explicaria como tipos históricos particulares foram derivados de faculdades gerais do homem. Por que a Idade Média e o Renascimento produziram tipos de homens inteiramente diferentes? Por que certas mudanças definitivas tomam lugar no comportamento humano quando guerra e revolução sucedem tempos de paz?” (Mannheim, 1940:16).

1973) –, e isto se tornou um truísmo, quase um *cliché* na sociologia das sociedades ocidentais¹. Michel Crozier, por exemplo, observou não apenas que os indivíduos adaptam-se aos seus contextos organizacionais, mas também que houve “mudanças muito extraordinárias nos tempos modernos”. Enquanto a conformidade dentro de uma organização costumava ser obtida através de meios coercitivos e severos, as organizações modernas se constituem de pessoas “que, através de sua educação, internalizaram um número de conformidades básicas e uma habilidade geral para se adaptar facilmente ao modo da organização” (CROZIER, 1964:182). Auto disciplina, sujeitos racionais políticos e sociais são frequentemente considerados um pré-requisito essencial para a democracia liberal (LASCH, 1973:17; OESTREICH, 1982:271) e o controle social nas sociedades contemporâneas ocidentais é considerado baseado no autocontrole (MELOSSI, 1990:185). O enorme interesse de campos como história das mentalidades, sociologia histórica, antropologia histórica e psicologia histórica² em identificar o que distingue a vida cotidiana e nosso mundo psíquico, daquele de habitantes de outro período histórico, especialmente da Idade Média (ECO, 1987), ilustra o interesse quase universal da teoria social corrente e da crítica cultural pela “modernidade” (BAUMAN, 1987) e do “eu moderno” (TAYLOR, 1989b), pela história e a genealogia das formas contemporâneas da experiência cotidiana e interação social³.

Os conceitos e as categorias utilizados no debate, nos anos recentes, têm manifestado uma forte dependência em relação aos trabalhos de Michel Foucault e Norbert Elias, ainda que poucos estejam bem familiarizados com ambos. Foucault argumentou que uma das características definitivas da formação do estado europeu desde o princípio do período moderno foi a transição de um poder de estado soberano, que operava negativamente pela colocação de limites e coerções, para um poder disciplinar descentralizado que penetra nossas almas, corpos e mentes, transformando-os ativamente e produzindo efeitos positivos que nos tornam a todos cidadãos auto-dominados. O interesse de Foucault era analisar as técnicas e as estratégias pelas quais esse poder disciplinar operava, as técnicas do



eu que nos torna, e com as quais nós nos tornamos sujeitos modernos peculiares. Norbert Elias também insiste que nós deveríamos ver a história social europeia em termos de uma transformação gradual da estrutura da personalidade, de uma intensiva dinâmica da “coerção para a autocoerção”, na qual a regulação do corpo humano, tanto quanto nossos impulsos, paixões e desejos, é submetida a um “processo civilizatório”. Elias explica tal processo em termos de uma crescente monopolização da violência que acompanhou o processo de formação do estado, dos efeitos de uma competição intensificada entre e intra grupos sociais característicos da economia de mercado, bem como de uma concomitante tendência histórica em direção à interdependência social crescente.

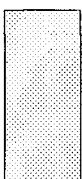
Ambos os autores exerceram uma influência significativa na recente teoria social e na história, reforçando a metáfora da “gaiola de ferro” de Max Weber para a subjetividade racionalizada e burocratizada, e adicionando nova cor e dimensão para o seu quadro de indivíduos crescentemente autodisciplinados com as rotinas cada vez mais complexas da sociedade moderna, incorporadas no núcleo central de sua existência. Contudo, uma compreensão coerente do tópico depende tanto de um domínio das muitas formas distintas de análise e explicação empregadas por esses teóricos-guias, quanto de um exame de como suas diferentes abordagens podem contribuir entre si. Concentrar-se apenas nas diferenças reais de suas orientações globais, interesses explanatórios e aparatos conceituais é um erro, na medida em que obscurece a preocupação basicamente similar pela história social da subjetividade, e pelo impacto de um tipo particular de sociedade – racional, disciplinar, civilizada – na psique humana. Ao mesmo tempo, para simplesmente assumir a convergência em torno de uma linha similar de argumentos, é necessário analisar como uma exploração das diferenças em suas lógica analítica e explanatória pode contribuir para identificar e trabalhar com os problemas conceituais e empíricos centrais na sociologia histórica da subjetividade.

I. DISCIPLINA SOCIAL E NATUREZA HUMANA

Foucault e Elias concordam, com Weber, que se pode traçar uma tendência de desenvolvimento em direção à autodisciplina crescente, à regularização e à rotinização da psique, de modo que a “economia da alma” interna de cada um se coordene com a economia externa de um mundo social cada vez mais individualizado, burocratizado e racionalizado. Seus trabalhos convergem na noção de que houve uma “socialização do eu”, uma transição da história europeia de uma ordem social baseada na coerção externa (poder soberano, poder tradicional), para uma dependente da internalização da coerção (poder disciplinar, dominação racional).

Ao mesmo tempo cada um deles entendeu diferentemente a natureza do processo. À parte sua análise cada vez mais cuidadosa da psicologia do protestantismo e do espírito empreendedor, Weber fez uma abordagem behaviorista bastante simples do impacto das instituições sociais no comportamento individual, sendo que seu interesse principal era traçar as mudanças sociais e políticas que tiveram lugar no desenvolvimento dos estados europeus ocidentais, tendendo a assumir que aquelas grandes mudanças eram simplesmente transmitidas para os indivíduos que viviam naquelas sociedades. Ele concentrou sua análise no impacto das grandes mudanças sociais, junto aos indivíduos particulares e grupos, no desenvolvimento de idéias, práticas e instituições relativas à disciplina e autodisciplina, sem estar interessado nos detalhes tanto do impacto que novas idéias, instituições sociais e agências do Estado tiveram sobre a vida íntima das pessoas, quanto do papel que as estruturas de mudança da personalidade e mudanças psicológicas possam ter exercido nos processos mais amplos de mudança histórica.


Para Elias esta relativa desatenção com o impacto das mudanças sociais sobre a vida psíquica é um obstáculo maior para a compreensão adequada do desenvolvimento da autodisciplina. Uma “compreensão real” do processo de racionalização na Europa ocidental, escreve Elias, é possível apenas “se alguém leva em conta também as mudanças das interdependências humanas em conjunto



com a estrutura da conduta e, de fato, todo o tecido da personalidade dos homens em um estágio de desenvolvimento social dado” (1982b:285)⁴. O modelo de Elias do desenvolvimento histórico da estrutura da personalidade envolve as crescentes “repressão” e “coerção” das condutas, impulsos e afetos, para uma previsão segura e um posicionamento tênue em uma rede cada vez mais complexa de interdependência social e competição. Embora ele argumente, em princípio, que condutas e impulsos são socialmente formados (1982b:285), sua ênfase constante na dicotomia coerção versus espontaneidade assumiu a suposição de todas as características das crianças: agressividade “natural”, espontaneidade de afeto, ausência de inibição sobre o corpo, e assim por diante. Como Hobbes (1983:72), no corpo e na substância de sua análise, Elias apresenta os seres humanos como ajustados para a sociedade pela disciplina, em vez de o serem pela natureza, e retrata a sociedade como oposta à natureza.

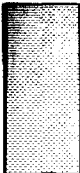
⁴ Reich e Horkheimer argumentaram em termos similares pela integração da psicanálise com o Marxismo.

Foucault também examina o papel exercido pelo objeto das técnicas disciplinares – subjetividade individual – no desenvolvimento histórico da disciplina, ressaltando a importância da regulação da subjetividade e a produção de “corpos dóceis” para a nossa compreensão da formação do Estado moderno, mas sua compreensão da relação entre sociedade e natureza é muito diferente (SMITH, 1984:384-6). O principal ponto em sua crítica da “hipótese repressiva” (FOUCAULT, 1981) foi que o novo poder disciplinar não opôs simplesmente as necessidades individuais e desejos, mas deve seu sucesso precisamente à sua habilidade para “libertar” a energia psíquica e libidinal, aproximando-as dos interesses produtivos da economia capitalista racional. Neste sentido ele tem mais em comum com autores como David Riesman (1950), Christopher Lasch (1977) e Richard Sennett (1977) do que com Elias, que percebe um crescimento gradual da distância psicológica e social entre a infância e a maturidade, um superego se fortalecendo gradualmente. Para Lasch, a psicologia contemporânea é caracterizada por um superego diferente, precisamente mais fraco, mais subserviente aos elementos irracionais e pré-edipianos, em torno dos quais a moderna cultura de



consumo estruturou-se e os quais nos atam cada vez mais firmemente à conformidade.

Uma característica central do retrato que Elias faz da Idade Média é que o “equilíbrio” entre a coerção externa e a auto coerção não era apenas pendente para a primeira, mas também que, qualquer coerção existente tinha apenas um efeito limitado sobre a contenção do afeto ou impulso. Assim, estes últimos iriam sempre “atravessar o caminho”, daquela coerção, e é isto que parece constituir a “instabilidade” da vida emocional medieval. Em outras palavras, na sociedade medieval parece ter havido um sistema relativamente *ineficiente* de coerções externas, que não eram internalizadas e não produziam os tipos de superegos capazes de ter afeto e impulsos consistentemente controlados. O problema aqui é que, para Elias, auto coerção e superego são precisamente o produto final dos efeitos das coerções externas sobre a psique humana, de uma rede de interdependência ou das coerções exercidas pelos adultos sobre as crianças. A maioria das crianças, ele escreve, são moldadas dentro de uma conformidade, com um certo padrão, pela coerção externa ou compulsão (1982a: 128). Se nós perguntarmos por que a coerção medieval externa não era internalizada e “convertida” em auto-repressão, acharemos duas respostas possíveis em Elias. A primeira seria que o total da *quantidade* de coerção externa cresceu, o mundo social simplesmente se tornou mais complexo, com crescente competição, especialização funcional e redes mais densas de interdependência social, e os indivíduos só podem funcionar dentro desta complexidade, levando uma significativa proporção da vida cotidiana de modo automático, que não requer um “pensar” (1982b: 232-3). Na segunda, a *natureza* da coerção externa característica de redes densas de interdependência social é diferente daquela das relações sociais medievais em termos de ambos seus conteúdos, tanto a restrição aos impulsos corporais, ímpetos emocionais, e assim por diante, quanto a sua posição em uma rede mais complexa de estratégias de competição social e política. Elias enfatiza o *cálculo* cada vez maior dos monopólios mais estáveis da força, a grande necessidade de previsão e a localização das emoções no campo de suas conseqüências sociais.




Ambas as respostas são mais afirmativas do que argumentativas, já que Elias é mais entusiástico para demonstrar a ineficácia da coerção social medieval em restringir afeto e impulso, do que para delinear exatamente como ela opera. Não é claro porque cada indivíduo é “coagido desde muito cedo a considerar os efeitos de suas próprias ações ou as de outras pessoas”, ou porque “a existência social de um indivíduo que dá lugar para os impulsos espontâneos e emoção” seria mais “ameaçada” do que a de alguém que não o faz (1982b:236), simplesmente porque “a cadeia de efeitos” das ações de alguém é maior ou mais complexa⁵. A cultura medieval possuía, em vários aspectos, um conjunto estrito de normas sociais, que poderiam ser pensadas como exigência para a ótima supervisão das emoções de medo, da danação eterna, da ofensa de vizinhos e assim por diante. A maioria dos retratos da vida da aldeia medieval transmite um senso de subordinação da identidade individual e uma expressão para as demandas da coletividade (SHORTER 1975:44-53; BLUM 1971; BENTON 1977; GUEREVICH 1988:79; CHARTIER 1989). A versão mais forte deste argumento foi colocada recentemente por Peter Duerr (1988), que argumenta que todas as sociedades humanas regulam as emoções, corpos e comportamentos mais ou menos estritamente e que, nas sociedades “tradicionais”, o grau de interdependência sempre foi mais alto do que é hoje, e a coerção imposta aos indivíduos correspondentemente maior.

Pode-se argumentar a favor de Elias dizendo que o elemento decisivo não é tanto a extensão das cadeias de interdependência, mas sim o fato de que, em contrapartida, isto gerará grande vantagem social e ganhos estratégicos para aqueles que são capazes de moderar seus afetos (1982b:236). Ao invés de um fator de “*push*”^{*}, enfatizado por Elias em formulações como as da dinâmica da “coerção para a autocoerção”, o que é talvez mais historicamente significativo é o fator de “*pull*” da grande atração pela autocoerção, suas grandes possibilidades de ganhar e melhorar em sociedades mais funcionalmente diferenciadas, menos coagidas pelo conjunto de formulas da autoridade tradicional, para usar a terminologia de Weber. Um argumento é que “o impacto das configurações na

⁵ Este ponto surgiu mais recentemente em críticas à tese da *Ética Protestante* de Weber, com o argumento de que os primeiros capitalistas eram bem menos reprimidos emocionalmente do que Weber imaginou e bem mais capazes de integrar sua expressão de agressão, desejo e emoção com sua atividade econômica do que se poderia pensar ser possível no ascetismo protestante. Benjamin Franklin, em particular, o exemplo chave de Weber, pode ser visto como sendo mais pragmático sobre sua vida emocional do que aparece no pensamento de Weber (DICKSON & MCLACHLAN, 1989). Richard Munch também argumenta precisamente pelo efeito reverso de longas cadeias de interdependência social, devido ao fato de elas minimizarem o impacto das ações individuais e fazerem tão pouca diferença para a avaliação dos bens coletivos, que faz com que haja pouca necessidade para se conformar a um consenso normativo (1984, 282-3).

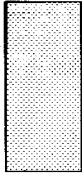
* Optou-se pela utilização dos termos “*push*” e “*pull*” no original, pois em português não há uma adequada substantivação para os verbos correspondentes “empurrar” e “puxar”. (N. do T.).



conduta e na mentalidade das pessoas pode ser, em último caso, explicado por uma teoria geral do poder”, pois “as pessoas lutam pelo poder e, se o autocontrole gera um crescimento no poder frente aos outros, as pessoas irão se controlar mais” (FLAP & KUIPER, 1981:283). Outro argumento em termos similares é que, ao menos algumas pessoas perceberão as vantagens a serem obtidas da autodisciplina e que seu sucesso subsequente dentro de redes competitivas será uma força que compelirá as pessoas a fazer o mesmo (BOGNER 1989:50).

Foucault também percebe este elemento da participação ativa dos disciplinados em suas próprias disciplinas, mas ao mesmo tempo ele está interessado nas mudanças bastante diferentes na natureza de “*push*”, da coerção externa por si mesma. Ele a vê como tendo sido transformada de uma operação simplesmente para confinar e limitar dentro de identidades coletivas, em uma que articula e dá expressão para um “interior” da psique humana, uma que, diferente da cultura medieval, inclui subjetividade individual em seu campo de operação, criando assim a possibilidade completa de internalização da coerção, o desenvolvimento do superego e a disciplinarização do eu. Como eu argumentei em outra parte, a história do superego não pode ser vista isolada da história do ego, estando intimamente ligada ao desenvolvimento da individualidade e ao encorajamento cultural de um senso de individualidade autônoma (VANKRIEKEN, 1989a). Em vez de uma mudança no equilíbrio entre autoc coerção e coerção externa, Foucault pintou um quadro da substituição de um tipo de controle externo ou forma de poder, que não permite às pessoas até mesmo imaginar os “eus” (“*selves*”) e trabalhou apenas para confinar comportamento e ação dentro de limites particulares, para um controle externo que fez do interior da psique seu objeto de atenção disciplinar.


O exemplo chave aqui é aquele das mudanças nas práticas de confissões, onde tornar visíveis as intenções de penitência é mais importante do que simplesmente reparar o pecado, constituindo uma mudança na ênfase do movimento “da satisfação seguindo a confissão, para a disciplina interior que a precede” (BOSSY, 1985:127). Foi este



tipo de exposição dos impulsos de um indivíduo e seus efeitos dentro de um campo estruturado de relacionamentos sociais que encorajou “o monitoramento sistemático pelos indivíduos em suas próprias vidas” (BOSSY 1985:127) e a internalização da coerção, em vez de sua repressão ou contenção. De fato, como Alois Hahn argumentou, a exposição do eu é intimamente ligada à sua coerção. Mais que alguém se conhece, melhor ele pode se controlar; mais os outros expressam seus reais eus (“*selves*”), revelam suas emoções, confessam sua verdadeira natureza, mais eles podem ser controlados (HAHN, 1982:426). A noção de Elias de remoção do afeto e do impulso para “atrás das cenas” (1982a: 121) trabalha melhor com os exemplos que ele escolhe – funções corporais, violência física e costumes à mesa –, mas pior com um estado emocional mais complexo como amor, carinho, honestidade, firmeza, para o qual o interesse na confissão e a subsequente cultura confessional, culminando no século vinte em uma cultura terapêutica, foi muito mais sua exposição e revelação para a visão pública.

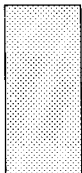
II. PROCESSO CIVILIZATÓRIO E OFENSIVAS CIVILIZATÓRIAS

Em Weber, o quadro da sociedade medieval aparecia como uma das pequenas ilhas da atividade disciplinada de padres e soldados, do Protestantismo, das formas capitalistas da organização do trabalho e da burocracia, derrubando os muros do monastério e os quartéis militares, para incluir todos os membros da sociedade em uma conduta metódica de vida. Para Foucault, em contraste, o desenvolvimento da disciplina era mais dependente da mobilização de toda a série de técnicas disciplinares dentro dos cenários de instituições particulares – escolas, casas de correção, hospitais, fábricas, a confissão – e do impacto do conhecimento desenvolvido pelas ciências humanas, que juntas, foram mais instrumentais do que o Protestantismo, e combinaram-se com o impacto da organização capitalista do trabalho e da burocracia, para transformar nosso senso e experiência de subjetividade. Seria possível combinar simplesmente



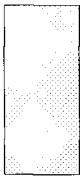
suas abordagens e perceber suas diferentes ênfases históricas como produto de um enfoque nos vários aspectos do mesmo, complexo e diferenciado processo de desenvolvimento em direção a um tipo particular de disciplina social – na maioria das comparações Weber/Foucault este tipo de abordagem aparece implícita (O'NEILL,1986; GORDON,1987). Certamente há um número de temas comuns atravessando seus trabalhos, particularmente a importância do monasticismo como um modelo para a conduta metódica de vida (TREIBER & STEINERT,1980; ASAD,1987; KIESER,1987), e as práticas da Igreja Católica e da Protestante de implementação de tal modelo com a população em geral.

No entanto, Elias abandona esta possibilidade cômoda no sentido de procurar mudanças na natureza das relações sociais, na configuração social, que “requerem”, *elas mesmas*, diferentes formas de comportamento, diferentes estruturas de personalidade e, no processo, representam uma lógica muito diferente de análise histórica. O problema aqui é o papel que se atribui aos eventos particulares, planos institucionais ou intervenções humanas no curso da história. Elias concede que “não há dúvida proveitosa e mesmo indispensável para ver a história ...como um mosaico de ações individuais de pessoas individuais”(1982b:4). Contudo, ele prossegue dizendo que, quando em face da escolha entre uma forma de questionamento que enfoca “como este ou aquele homem obteve poder”, e outra forma que examina as mudanças sociais subjacentes à transformação da instituição do rei ou príncipe no “absolutismo”, analisando “qual estrutura social, qual desenvolvimento nas relações humanas, tornou possível para a instituição se sustentar nesta forma”, é esta última abordagem que permite a compreensão do “plano da realidade histórica no qual o processo civilizatório ganha lugar” (1982b:4). Elias não está sozinho quando afirma que a racionalização afeta “o nível de condutas e afetos não menos do que o nível de consciência e reflexão”(1982b:326), mas ele é levado a um tipo muito particular de análise e explanação do desenvolvimento da autodisciplina, quando afirma que “a força motriz desta mudança da auto-orientação individual é provida (...) por pressões originadas dos entrelaçamentos



múltiplos das atividades humanas (...) que realizam mudanças na forma de relacionamentos e em todo o tecido social”(1982b:326).

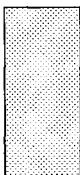
Em um sentido isto repercute na ênfase de Foucault sobre a difusão do poder, seu caráter polimorfo e sua localização em uma extensa série de relações cotidianas, em vez de um centro como o Estado (GLEICHMANN,1988:454), mas, ao mesmo tempo, para Elias, existe uma relação mais direta e não mediada entre uma configuração social particular, um padrão específico de relações sociais e as estruturas da personalidade e formas de interação produzidas em atores individuais. Quando ele escreve que “em um grau crescente, o funcionamento complexo das sociedades ocidentais, com sua alta divisão do trabalho, depende do fato de as camadas mais baixas agrária e urbana controlarem suas condutas crescentemente através da incorporação de suas conexões mais duradouras e remotas” (1982:249-50, grifos do autor), as condições sociais são apresentadas como explicativas da mudança na personalidade e no comportamento. O que outros autores consideraram como historicamente significativo na determinação do curso da história social européia – variáveis como o aparecimento de idéias particulares, crenças e visões de mundo, as ações de grupos ou indivíduos poderosos ou o aparecimento de relações de poder, instituições sociais ou formas organizacionais, fundamentalmente diferentes – Elias procura em geral explicar sociologicamente os efeitos das estruturas das relações sociais em mudança, como variáveis dependentes ao invés de independentes. Apesar do compromisso teórico de Elias com a idéia de que não se pode afirmar que “configuração A tem que inevitavelmente resultar em configuração B”(1970:163), em *O Processo Civilizatório* há, no entanto, uma inevitabilidade para o sentido que ele dá à “necessidade” do desenvolvimento de previsão e auto-repressão nas redes cada vez mais densas de interdependência social. A possibilidade de as pessoas simplesmente falharem na resposta à dinâmica das “coerções para autocoerções”, e que esta dinâmica poderia então ser consciente e deliberadamente dada de forma diretamente mais coercitiva e institucional, ou talvez ainda mais importante, que ela não poderia, não é sugerida pelas formulações de Elias, mesmo que apareça



precisamente como uma característica central das histórias da educação, assistência aos pobres, justiça criminal, religião e trabalho e do desenvolvimento do “bem-ordenado Estado policial” (RAEFF, 1975:1983). Para Elias a questão de por que o comportamento e as emoções mudam “é realmente a mesma questão de por que suas formas de vida mudam” (1982a:205), e esta característica da explicação lógica de Elias está muito próxima daquilo que Robert Nisbet chamou de “falácia sociológica” inerente ao desenvolvimentalismo, nomeadamente “a crença de que as causas e forças essenciais da mudança social podem ser derivadas de elementos da estrutura social” (NISBET, 1986:68)⁶.

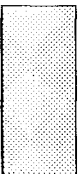
Embora existam similaridades entre a relutância de Elias e de Foucault em identificar um sujeito de poder, e ambos vejam a dinâmica do poder como mais inserida nas práticas da vida cotidiana, Elias dá uma ênfase maior nas exigências que emanam da competição crescente e da interdependência social, enquanto que para Weber e Foucault existe um passo intermediário para o processo, que é a “tradução” daquelas exigências para o ascetismo Protestante, burocracia racional e técnicas disciplinares. É a natureza disciplinar muito particular deste processo de tradução do século XVI em diante, que Weber e Foucault consideraram tão importante e que Elias menospreza, em favor da noção de um processo civilizatório. Ambos compartilham o sentido que Elias dá à autodisciplina emergindo como uma estratégia de auto-promoção para os grupos sociais dominantes – a corte aristocrata, a elite administrativa e legal, a burguesia (ver também SPIEGEL, 1988) – mas eles se colocam em direções bastante diferentes quando entra em questão esta emergência entre a classe trabalhadora. Neste ponto, isto se torna mais um problema de imposição coercitiva de disciplina através tanto das atividades humanas, quanto das instituições sociais historicamente específicas – intervenção estatal, ideologia religiosa, burocracia, organização do trabalho, técnicas disciplinares – que definiram o que constitui a organização peculiar da alma e constituíram a instância mediadora entre as “exigências” da configuração social e as mudanças no comportamento individual e na interação social.

⁶ Neste ponto, eu estou em completa divergência com a visão de Christopher Lloyd de que Elias deveria ser incluído entre aqueles autores relacionados com “a dialética entre o poder estruturante das pessoas e as reais estruturas coercitivas e legitimadas da sociedade” (LLOYD, 1989:475). A idéia de que as pessoas possuem um “poder estruturante” é totalmente estranha à sua lógica explicativa, especialmente em *O Processo Civilizatório*.



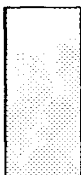
Quando Elias escreve que “as “circunstâncias” que mudam não são algo “de fora” imposto aos homens – elas são as relações entre as próprias pessoas”(1982:276), a reação óbvia que advém é que para muitos trabalhadores e camponeses europeus, as mudanças realmente foram impostas a eles “de fora”, na forma de advogados, juizes, oficiais de polícia, inquisidores, professores, patrões e assim por diante, todos dando sua forma particular para o “processo civilizatório”, tornando-o uma ofensiva civilizatória (KRUTHOF, 1982; MITZMAN, 1987; VERRIPS, 1987; FRANKE, 1988). E não é uma tarefa pequena manter o argumento de que a atividade dos empreendedores e dos representantes do estado e da igreja deveria ser simplesmente entendida, mesmo que em sentido amplo, como produto das “relações sociais mutantes”. Neste sentido, Elias está em desacordo não apenas com Weber e Foucault, mas também com muito do procedimento da historiografia em relação à Idade Média e o início do período moderno. Historiadores da religião, por exemplo, tendem a enfatizar o papel constitutivo exercido não apenas pelos Puritanos e Calvinistas (HILL,1952), mas também pela Igreja Católica na cristianização da Europa rural, através das práticas confessionais e educacionais da Inquisição e da Contra Reforma (DELUMEAU,1977), um processo que vinculou as pessoas deslocadas dos antigos costumes familiares e sociais e modos de pensar, constituindo-as mais como indivíduos responsáveis pelos seus próprios sentimentos, pensamentos e ações e, deste modo, contribuindo para a formação da relação cidadão-estado. Mesmo quando Roger Chartier faz uso de *O Processo Civilizatório* para ressaltar a historicidade da constituição psíquica, sua lógica analítica é, em último caso, muito diferente daquele livro, quando ele fala de autodisciplina e domínio sobre as emoções como tendo sido instituídos pelo Estado (CHARTIER,1989:16).

John Bossy também argumentou que “os papas da Igreja Tridentina têm mais realizações positivas a seu favor do que é freqüentemente admitido: do registro paroquial à escola primária, eles estavam derrubando muitas das organizações do Estado moderno, e talvez tenham uma asserção tão boa, quanto teve o Puritanismo Inglês para “erradicar hábitos que incapacitaram os homens para a




sociedade industrial”(BOSSY,1970:70). Para as elites urbanas da Europa ocidental ao menos, a crescente interdependência social por si mesma, não “requeria” uma previsão em relação aos trabalhadores e camponeses, especialmente os pobres, vadios e criminosos, tornando necessária que elas intervissem através do conselho da cidade e, mais tarde, do Estado nacional, no sentido de gerar a adequação desta população recalcitrante às longas cadeias de interdependência. Robert Muchembeld também vê a coerção imposta, pela aristocracia, aos corpos e impulsos dos trabalhadores e camponeses, como tendo sido subseqüentemente “imposta às massas” (MUCHEMBELD, 1985:207), pintando um quadro cruel do início do período moderno como um processo de destruição sistemática da cultura rural e popular tanto pelo Estado, como pela igreja, realizada através “da coerção dos corpos e da submissão das almas” (MUCHEMBLED, 1985:187; ver também MANDROU, 1975).

As práticas legais em mudança das autoridades secular e da igreja, nos séculos doze e treze, foram altamente significativas na transformação de um sistema legal – designado para resolver os conflitos comunitários e agir em resposta àqueles conflitos – em um sistema no qual as autoridades centrais – cidade, estado e igreja – desempenharam um papel muito mais ativo na definição do que constituía um crime ou agressão. Este outro sistema legal dava àqueles autoridades um papel mais ativo na vida cotidiana (MOORE, 1987; BOUWSMA, 1973; GIVEN, 1989). Este foi o resultado imediato da crescente competição e interdependência? Ou foi uma reação muito específica, uma das séries de opções possíveis, escolhidas por atores particulares? Seria difícil sustentar a afirmação de que as práticas dos advogados, oficiais do estado, inquisidores da igreja, padres e pedagogos eram a única resposta possível para as crescentes diferenciação funcional, interdependência, competição e assim por diante, se, de fato elas eram uma resposta às “coerções” daqueles desenvolvimentos, ou se elas não desempenhavam um papel importante, em algum grau autônomo, na formação da consciência individual. Essas são precisamente as implicações da ênfase de Elias na “configuração social” como a principal, se não a única, variável



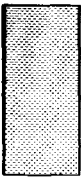
explicativa e da sua insistência na “cegueira” da história, que vê “o tecido social (...) e o curso real de sua mudança histórica como um todo, não sendo pretendida e planejada(1982b:356). Claramente a disciplinarização da população foi planejada por alguém em vários pontos da história Européia – pelo clero (SCHILLING, 1987; TENTLER, 1974:1977), por educadores do Estado (DRESSEN, 1982), por inquisidores (DELUMEAU, 1977; MOORE, 1987; GIVEN, 1989), por conselhos da cidade elaborando legislação suntuária (GREENFIELD, 1915; DORWART, 1971; JUTTE, 1984; RAEFF, 1975,1983; VINK, 1989), por fundadores das casas de correção (WESSBROD, 1981) e assistência sistemática aos pobres (LIS & SOLY, 1984; MICHELSE, 1990), por teóricos políticos como Thomas Moore e Jeremy Bentham, e pela organização do trabalho (THOMPSON, 1967).

Assim, o *processo* civilizatório pode ser considerado mais acuradamente como um *projeto*, como “uma cruzada prozelitista consciente empreendida por homens de conhecimento e objetivando extirpar os vestígios de culturas selvagens – modos de vida locais, presos à tradição – e padrões de coabitação” (BAUMAN,1987:93). As diferenças entre o poder medieval e o poder disciplinar moderno são aquelas da transição de relações de poder centradas nas relações das aldeias comunais, exercidas “comumente”, sem deliberação consciente e direção, para um aparato de poder no qual a disciplina era conscientemente planejada, designada, implementada e imposta à uma população relutante. Civilização denotava “sobretudo uma novela, uma postura ativa em direção ao processo social previamente abandonado aos seus próprios recursos, e uma presença de poderes sociais concentrados o suficiente para traduzir tal postura em medidas sociais efetivas (BAUMAN,1987:93). Philippe Ariés argumenta, em termos similares, que “o Estado e seu sistema de justiça intervieram crescentemente, pelo menos em nome, e no século dezoito também de fato, no espaço social que foi previamente deixado para as comunidades (ARIÉS,1989:2-3). Se nós dispensarmos a visão Boschiana da Idade Média e concedermos uma *efetividade* para a coerção social medieval, a história social Européia não pode continuar a ser percebida em termos de uma transformação particular da ordem



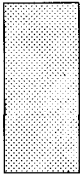
social, passando de uma ordem baseada na coerção externa, para uma localizada mais no interior das almas dos indivíduos. A formação do Estado, por si mesma, contribuiu para sucumbir as formas antiga e comunal da ordem social, que foram então substituídas pelas formas de intervenção do Estado, estabelecendo ambas a nova forma de ordem social e um processo de socialização particular, baseados na relação indivíduo-estado (cidadão), no lugar da relação comunidade-igreja ou aldeia-senhor.

Duas dúvidas foram despertadas por uma consideração das atividades disciplinares dos indivíduos, grupos e instituições, particularmente quando se enfoca um tópico notavelmente ausente do trabalho dos três autores, mas central para a moderna história européia – a perseguição às bruxas. A primeira, é que se poderia perguntar se as tentativas para controlar crenças e comportamentos religiosos deveriam sensatamente serem vistas como “o resultado da necessidade para (...) o pensamento a longo prazo e a concordância ativa da conduta individual para entidades mais remotas no tempo e no espaço”(1982b:249). Mario Erdheim argumenta, por exemplo, que a perseguição às bruxas foi precisamente um produto de um trabalho *contínuo* de agressão e violência na vida social, um resultado dos efeitos *desintegrantes* da formação do Estado, diferenciação social crescente, urbanização, e assim por diante (ERDHEIM,1982:396). Como ele colocou, “o processo civilizatório não apenas tornou a cultura mais complexa, mas também desmantelou estruturas existentes, consentindo em seu empobrecimento. Os indivíduos precisaram aprender a se ajustar não só a uma maior complexidade, mas também a um esvaziamento da cultura” (ERDHEIM,1987:152; também BREUER,1988; MUNCH,1984;283). A segunda, é que se se reconhece que eus (“*selves*”) possuem *gêneros* tanto quanto histórias, torna-se claro que o “indivíduo” posicionado nas cadeias de interdependência sempre crescentes de Elias, que planeja e calcula os ganhos a serem obtidos da auto-repressão, era masculino, contraposto às mulheres, construídas como sendo *espécies*, como mães, nutrizas, objetos de desejo, menstruadoras, o Outro (HONEGGER, 1987; BEAUVOIR, 1957; ORTNER, 1974). O eu disciplinado,



capaz de obter ganhos estratégicos da subordinação da emoção para fins instrumentais, era masculino, no sentido de que a feminilidade era percebida como a *incorporação* da emoção e da fisicalidade, sua *expressão* definitiva, em vez de produto da repressão da emoção. Isto é parcialmente a explicação para o fato de os objetos específicos, ou melhor, as vítimas do processo civilizatório, tal como ele se manifestou na caça às bruxas, terem sido mais freqüentemente as mulheres, em vez de simplesmente a vida emocional de indivíduos generalizados. Apenas algumas emoções e expressões da incorporação vieram para representar a feminilidade, é verdade, mas isto apenas serve para salientar o problema, em Elias, de que ele negligencia a possibilidade de ser “civilizado” – da qual as mulheres estavam, sem dúvida, excluídas, o que era indubitavelmente suposto e esperado – através de uma *integração* muito particular das emoções e do corpo com a identidade social, mais do que sua oposição polar.

A mera *existência* de estratégias disciplinares não estabelece, é claro, seus efeitos causais e a *aparente* correspondência entre tais estratégias e intervenções e as eventuais mudanças na constituição psíquica poderia, por conseguinte, ser enganosa. A coisa extraordinária sobre a legislação suntuária, por exemplo, é o número de vezes que as várias leis tiveram de ser reeditadas, e pode-se perguntar sobre o impacto último das tentativas da cristianização e da disciplina social (SCRIBNER, 1987). John Bossy enfatiza que a tentativa de “tornar cristãos coletivos em indivíduos singulares (...) foi muito comumente um fracasso”(BOSSY,1983:62). O pensamento do clérigo católico foi freqüentemente “magicalizado” pelas crenças populares no processo de cristianização da população rural, e é mais exato ver a relação entre a elite e a cultura popular como um processo de duas vias de interação mútua, do que um processo de uma via de aculturação (GUREVICH,1988:90-91; Wirth,1984). Aron Gurevich enfatizou que “nós não podemos afirmar como e em que medida o *homo naturalis* foi, de fato, transformado em *homo christianus* (1988:101) e, se pessoas comuns de fato se tornaram cristãos autodisciplinados, tal mudança não foi *necessariamente* ou *apenas* por causa da Inquisição, dos sermões e exortações do confessorário




do clérigo, ou do impacto social das casas de correção e escolas, mas possivelmente também por outras razões bastante diferentes, relativas às suas experiências cotidianas, uma resposta “racional” aos problemas que emanavam de tais experiências. Giovanni Levi argumentou, ao longo de suas análises sobre a vida camponesa italiana, que a racionalidade específica do mundo camponês era expressa tanto na resistência à expansão da nova sociedade, às leis e regulações do Estado moderno, quanto no “engajamento ativo para transformar e utilizar ambos o mundo natural e social” (LEVI, 1988: XV) ⁷.

Esta perspectiva não significa descartar a intencionalidade disciplinar das intervenções das agências do estado e da igreja, mas sim colocá-las num contexto, examinar o que estava acontecendo nos corações e nas mentes dos camponeses e trabalhadores, mulheres e crianças em *resposta* às técnicas disciplinares dos inquisidores, dos juizes e advogados, dos trabalhadores sociais e professores, afim de percebê-los como tendo um papel ativo no processo, e com a finalidade de questionar em vez de simplesmente assumir os efeitos últimos das estratégias disciplinares. Elias, por sua vez, assume que a dinâmica dessa interação conflituosa entre “legisladores e intérpretes” e seus sujeitos, pode ser facilmente entendida em termos de “probabilidades”, sem imaginar o que teriam sido as outras possibilidades. O que é importante é precisamente os pontos-chave estratégicos na história (WEBER, 1946), os tempos em que as *decisões* foram tomadas para buscar uma das séries de opções possíveis, com tais decisões assumindo uma solidez institucional por si mesma, transformando-se, em contrapartida, em coerções estruturais que possuem toda a força de uma natureza dada ⁸. Tais “pontos-chave” históricos apenas serão identificados e sua explicação adequadamente testada, quando nossa sociologia histórica incluir uma confrontação sistemática e aproximada entre a noção de *processo* civilizatório, e aquela de *ofensiva* civilizatória (se ela se dá por agentes humanos, por técnicas ou por formas de organizar e estruturar a vida social), quando nós respondermos à tensão entre a visão de Elias, de como as mudanças na estrutura da personalidade estavam intimamente

⁷ Pode-se prosseguir esta discussão em relação à questão geral do “controle social” que emanava das agências do Estado (VAN KRIEKEN, 1986, 1989b). Ver também os argumentos de Steven Spitzer sobre a ligação entre organização social e controle social, “uma ligação que é mediada tanto mais pela consciência, pelos desejos e objetivos daqueles que devem ser controlados, do que pelos interesses e agendas dos controladores” (SPITZER, 1987: 57).

⁸ O trabalho de Hugh Stretton *The Political Sciences* (1969), tristemente negligenciado na sociologia, oferece uma discussão valiosa da “imaginação dos efeitos” na sociologia e na história (238-69), e também do problema da explicação causal na história.



relacionadas com mecanismos particulares e processos de desenvolvimento social, e as perspectivas não apenas de Weber e, em parte, de Foucault, mas também daqueles historiadores e sociólogos históricos, que percebem o desenvolvimento da organização disciplinada da alma como um terreno mais disputado, como mais autônomo, consciente e deliberadamente perseguido, talvez contingente, e conseqüentemente em alguns sentidos um fenômeno histórico mais interessante.

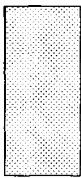
Abstract: The organization of the soul: Elias and Foucault on Discipline and Self. The author approaches the recent debate on the concept of discipline involving Foucault and Elias. He articulates the Weberian concept of "iron cage" with their proposals, which stress the process of disciplinarization of individuals. The notion of an increasing tendency of self-disciplinarization in increasingly rationalized societies is common to the three thinkers, but there are some differences. While the most important for Weber is the social and political changes, Elias emphasizes the transformations in human relationships and behaviour, and Foucault stresses the ability of the disciplinary power for "freeing" the psychic and libidinal energy, driving it into the capitalist economy's interests. The article then approaches the authors' different analyses of the Middle Age and the 'civilizatory process'. At the end, it raises questions that were not answered by the three authors.

Uniterms: Elias - Foucault - Weber - discipline - civilizatory process - disciplinary power - bureaucracy.

BIBLIOGRAFIA

- ARIÈS, Philippe Introduction. In: CHARTIER, Roger, ed. *A history of Private Life*, v. III. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1989.
- ASAD, Talal On ritual and Discipline in medieval Christian monasticism. In: *Economy & Society*, v. XVI,2, 1987.
- BAUMAN, Zygmunt *Legislators and Interpreters. On Modernity, pos-modernity and intellectuals*. Cambridge, Polity Press, 1987.

- BEAUVOIR, Simone *The Second Sex*. New York, Alfred A. Knopf, 1957.
- BENDIX, Reinhard Compliant behaviour and individual personality. In: *American Journal of Sociology*, LVIII, 1952.
- . Tradition and Modernity reconsidered. *Comparative Studies in Society & History*, IX, 1967.
- BENTON, John F. Individualism and conformity in Medieval Western Thought. In: BANARI, Amin & VRYONIS JR., Speros (eds.) *Individualism and Conformity in Classical Islam*. Wiesbaden, Otto Harrassowitz, 1977
- BERG, J. H. van den *Metabetica of Leer der Veranderingen. Beginselen van een Historische Psychologie*. Nijkerk, Callenbach, 1957.
- BLOK, Anton Hinter Kulissen. In: GLIECHMANN, Peter et alii (eds.) *Materialen zu Norbert Elias Zivilisationstheorie* (Frankfurt a.M., Suhrkamp 1977.
- BLUM, Jeromy The internal structure and polity of European village community from fifteenth to the nineteenth century. *Journal of Modern History*, XLIII, 1971.
- BOGNER, Artur Zivilisation und Tationalisierung. Die Zivilisationstheorie Max Webers, Norbert Elias und Frankfurter Schule im Vergleich. Opladen, Westdeutscher Verlag, 1989.
- BOSSY, John The counter-reformation and the people of Catholic Europe. In: *Past & Present*, XLVII, 1970.
- . The mass as a social institution. In: *Past & Present*, C, 1983.
- . Christianity in the West 1400-1700. Oxford, Oxford University Press, 1985.
- BOUWSMA, William J. Lawyers and early modern culture. In: *American Historical Review*, LXVIII, 2, 1973.
- BREUER, Stefan, Die Evolution der Disziplin Zum Verhältnis von Rationalität und Herrschaft in Max Webers Theorie der vorrationalen Welt. In: *Kolner Zeitschrift für Soziologie u. Sozialpsychologie*, XXX, 3, 1978.
- . Über die Peripetien der Zivilisation. Eine Auseinandersetzung mit Norbert Elias. In: KONIG, Helmut (ed.) *Politische Psychologie heute*. Opladen, Westdeutscher verlag, 1988.
- CHARTIER, Roger (ed.) *A History of Private Life III: Passions of the Renaissance*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1989.



CROZIER, Michel *The Bureaucratic Phenomenon*. Chicago, Chicago University Press, 1964.

DELUMEAU, Jean *Catholicism between Luther and Voltaire: a new view of the counter-reformation*. London, Burns & Oates, 1977.

DICKSON, T. & McLACHLAN, H. V. In search of "The Spirit of Capitalism": Weber's Misinterpretation of Franklin. In: *Sociology*, XXLLL, 1989.

DORWART, R. A. *The Prussian Welfare State before 1740*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1971.

DRESSEN, Wolfgang *Die Padagogische Maschine. Zur geschichte der Industrialisierten Bewusstseins in Preussen?Deutschland*. Frankfurt a. M., Ullstein, 1982.

DUERR, Hans Peter *Nacktheit und Scham. Der Mythos vom Zivilisationsprozess*. Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1988.

ECO, Humberto The return of the Middle Ages. In: *Travels in Hyperreality*. London, Picador, 1987.

ELIAS, Norbert *What is Sociology?*. London, Hutchinson, 1987.

_____. *The Civilizing Process I: The History of Manners*. New York, Pantheon, 1982a.

_____. *The Civilizing Process II: Power & Civility*. New York, Pantheon, 1982b.

_____. Knowledge and Power: an interview by Peter Ludes. In: STEHR, Nico & VOLKER, Meja (eds.) *Society and Knowledge: Contemporary perspectives in the sociology of knowledge*. New Brunswick, Transaction Books, 1984.

_____. *Die Gesellschaft der Individuen*. Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1987.

ERDHEIM, Mario *Die Gesellschaftliche Produktion von Unbewusstheit. Eine Einführung in den ethnopschoanalytischen Prozess*. Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1982.

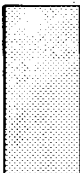
_____. Hexenwahn, Kulturzestörung und gesellschaftliche Produktion von Unbewusstheit. In: BELGRAD, Bernard at alii (eds.) *Zur Idee einer psychoanalytischen Sozialforschung*. Frankfurt a.M., Fischer, 1987.

FLAP, Henk & KUIPER, Yme, Figurationssoziologie als Forschungsprogramm. In: *Kolner Zeitschrift für Soziologie u. Sozialpsychologie*, XXXIII, 1981.

FOUCAULT, Michel *Discipline and Punish. The birthe of prison*. London, Allen Lane, 1977a.

_____. Governmentality. In: *Ideology & Consciousness*, 1979.

- _____. *Power/Knowledge: select interviews and other writings, 1972-1977*. Brighton, Harvester, 1980.
- _____. *The History of Sexuality I: An Introductio*. Harmondsworth, Penguin, 1981.
- _____. The subject and power. In: DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul *Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics*. Brighton, Harvester Press, 1982.
- _____. Disciplinary power and subjection. In: LUKES, Steven *Power*. Oxford, Basil Blackwell, 1986.
- FRANKE, Herman Opvoeding als doelbewuste civielisering: Een penitentiar beschavingsoffensief in het interbellun. In: *Amsterdams Sociologisch Tijdschrift*, XV, 1988.
- FRANKFURT INSTITUT OF SOCIAL RESEARCH, *Aspects of Sociology*. London, Heinemann, 1973.
- FROMM, Erich The Method and Function of an analytic Social Psychology. In: ARATO, Andrew & GEBHARDT, Eike (eds.) *The Essencial Frankfurt School Reader*. Oxford, basil Blackwell, 1978.
- FRYKMAN, Jonas & LOEFGREN, Orvar, *Culture Builders: a historical anthropology of middle-class life*. New Brunswick, Rutgers University Press, 1987.
- GERGEN, Kenneth & GERGEN, Mary M. (eds.) *Historical Social Psychology*. Hillsdale, N.J., Lawrence Erlbaum, 1984.
- GIVEN, James The inquisitors of Languedoc and the medieval technology of power. In: *American Historical Review*, LXXX-XIV, 2, 1989.
- GLEICHMANN, Peter R. Zur Historisc-Soziologischen Psychologie von Norbert Elias. In: JUTTEMANN, Gerd (ed.) *Wegbereiter der Historischen Psychologie*. Munchen/Weinheim, Beltz-Psychologie Verlags Union, 1988.
- GORDON, colin The Soul of the Citizen: Max Weber and michel Foucault on rationality and government. In: LASH, Scott & WHIMSTER, Sam (eds.) *Max Weber, Rationality and Modernity*. London, Allen & Unwin, 1987.
- GOUDSBLOM, Johan Zum Hintergrund der Zivilisationstheories von Norbert Elias: Das Verhaltnis zu Huizinga, Weber und Freud. In: GLEICHMANN, Peter et allii (eds.) *Macht und Zivilisation: Materialien zu Norbert Elias Zivilisationstheorie*. Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1984.
- GREENFIELD, K. R. *Sumptuary Law in Nurnberg: a study in paternal government*. Baltimore, Johns Hopkins Press, 1915.



GUREVICH, Aron *Medieval popular culture. Problems of belief and perception.* Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

HAHN, Alois Zur Soziologie der Berichte und andere Formen institutionalisierter Bekenntnisse: Selbstthematisierung und Zivilisationsprozess. In: *Kolner Zeitschrift für Soziologie u. Sozialpsychologie.* XXXIV, 1982.

HOBBS, Thomas *De Cive.* Oxford, Clarendon Press, 1983

HONEGGER, claudia Hexenprozesse und "Heimlichkeiten der Frauenzimmer": Gesellschaftsspezifische Aspekte von Fremd und Selbstthematisierung. In: HAHN, Alois & KAPP, Volker *Selbstthematisierung und Selbstzeugnis: Bekenntnis und Gestandnis.* Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1987.

HORKHEIMER, Max *Critical Theory. Selected Essays.* New York, Continuum, 1982.

HUIZINGA, Johan *The Waning of the Middle Ages.* Harmondsworth, Penguin, 1972 (1924).

JUTTE, Robert Poor relief and social discipline in sixteenth century Europe. *European Studies Review.* XI, 1981.

———. *Obrigkeitsliche Armenfürsorge in Deutschen Reichsstädten der Frühen Neuzeit. Städtisches Armenwesen in Frankfurt am Main und Köln.* Köln, Bohlau Verlag, 1984.

JUTTEMANN, Gerd (ed.) *Wegbereiter der Historischen Psychologie.* München/ Weinheim, Beltz-Psychologie Verlags Union, 1988.

KAMPER, Dieter *Zur Soziologie der Imagination.* München, Carl Hanser, 1986

KIESER, Alfred From ascetism to administration of wealth. Medieval monasteries and the pitfalls of rationalization. In: *Organization Studies*, VI, 2, 1987.

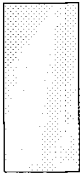
KRIEKEN, Robert van Social Theory and child welfare: beyond socialcontrol. In: *Theory & Society*, XV, 1986.

———. Violence, Self-discipline and modernity: beyond the "civilizing process". In: *Sociological Review*, XXXVII, 1989a

———. Towards "Good and useful men and women": the state and childhood in Sydney, 1840-1890. In: *Australian Historical Studies*, XXIII, 1989b

———. Social Discipline and state formation. Weber and Oestreich on the historical sociology of subjectivity. In: *Amsterdams Sociologisch Tijdschrift*, XVII, 1990.

KRUIHOF, Bernard De deugdame natic. Het burgerlijk beschavingsoffensief van de Maatschppij tot Nut van't Algemeen tussen 1784 en 1860. In:



KRUIITHOF, Bernard, et alii *Geschiednis van opvoeding en onderwijs*. Nijmegen, Socialistische Uitgeverij Nijmegen, 1982.

LA FONTAINE, J. S. Person and Individual: some anthropological reflections. In: COLLINS, C. S. & LUKES, S. (eds.) *The category of the Person*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

LASCH, Christopher Origins of the Asylum. In: *The World of Nations: reflections on American history, politics and culture*. New York, Alfred Knopf, 1973.

———. *The Culture of Narcissism*. New York, 1977

LEPENIES, Wolf History and Anthropology. A historical appraisal of the current contact between the disciplines. In: *Social Science Information*, XV, 2/3, 1976.

———. Problems of a Historical Study of Science. In: MENDELSON, Everret, et alii, (eds.) *The Social Production of Scientific Knowledge. Sociology of the sciences I: 1977*. Dordrecht, Reidel, 1977.

LEVI, Giovanni *Inheriting Power: the story of an exorcist*. Chicago, University of Chicago Press, 1988.

LIS, Catharina & SOLY, Hugo Policing the Early Modern Proletariat, 1450-1850. In: LEVINE, David (ed.) *Proletarianization and Family History*. Orlando, Academic Press, 1984.

LLOYD, Christopher Realism, structurism and history. Foundations for a transformative science of society. *Theory & Society*, XVIII,4, 1989.

MACFARLANE, Alan *Marriage and Love in England*. Oxford, Basil Blackwell, 1986.

———. *The Culture of Capitalism*. Oxford, Basil Blackwell, 1987.

MANDROU, Robert *Introduction to Modern France 1500-1640. An essay in historical psychology*. London, Edward Arnold, 1975.

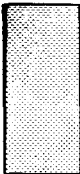
MANNHEIM, Karl *Man and Society in an Age of Reconstruction. Studies in modern social structure*. London, Routledge&Kegan Paul, 1940.

MARCUSE, Herbert *Eros and Civilisation*. New York, Sphere, 1969.

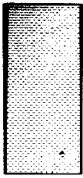
MARX, Karl *Capital*. Moscow, Progress Publishers, 1954 (1887).

MEAD, George Herbert *iMind, Self and Society*. Chicago, University of Chicago Press, 1934.

MELOSSI, Dario *The State of Social Control. A Sociological study of concepts of state and social control in the making of democracy*. Cambridge, Polity Press, 1990.

- 
- MICHELSE, H. C. M. Policing the poor: J. L. Vives and the sixteenth century origins of modern social administration. *Social Service Review*, LXIV, 1, 1990.
- MITZMAN, Arthur The civilizing offensive: mentalities, high culture and individual psyches. *Journal of Social History*, XX. 4, 1987.
- MOORE, R. L. *The Formation of a Persecuting Society: power and deviance in Western europe*. Oxford, Basil Blackwell, 1987.
- MUCHEMBLED, Robert *Popular Culture and Elite Culture in France 1400-1750*. Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1985.
- MUNSCH, Richard *Die Struktur der Moderne, Grundmuster und differentielle Gestaltung des institutionellen Aufbaus der modernen Gesellschaften*. Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1984.
- MUMFORD, Lewis *Technics and Civilization*. London, George Routledge & Sons, 1946 (1934).
- NISBET, Robert *The Making of Modern Society*. Brighton, Wheatsheaf Books, 1987.
- O'NEILL, John The disciplinary Society: From Weber to Foucault. *British Journal of Sociology*, XXXVII, 1, 1986.
- OESTREICH, Gerhard *Neostoicism and the Early Modern State*. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.
- ORTNER, Sherry B. Is Female to Male as Nature is to Culture? in: ROSALDO, Michelle Z. & LAMPHERE, Louise (eds.) *Women, Culture and Society*. Stanford, Stanford University Press, 1974.
- PICCONE, Paul Rethinking protestantism, capitalism and a few other things. In: *Telos*, LXXVIII, 1988.
- RAEFF, Marc The well-ordered police state and the development of modernity in seventeenth and eighteenth century Europe: an attempt at a comparative approach. *American Historical Review* I, XXX, 5, 1975.
- . *The Well-Ordered Police State. Social and Institutional Change through Law in the Germanies and Russia*. New haven, Yale University Press, 1983.
- REICH, Wilhelm *Sex-Pol Essays 1929-1934*. New York, Vantage Books, 1972.
- RIESMAN, David *The Lonely Crowd*. A study of the changing American character. New Haven, Yale University Press, 1950.
- ROSE, Nikolas *Governing the Soul: technologies of human subjectivity*. London, Routledge & Kegan Paul, 1990.

- SCHILLING, Heinz "History of crime" or "History of sin"? Some reflections on the social history of early modern church discipline. In: KOURI, E. I. & SCOTT, Tom (eds.) *Politics and Society in Reformation Europe*. London, Macmillan, 1987.
- SCHLUMBOHN, Jurgén "Traditiona" collectivity and "modern" individuality: some questions and suggestions for the historical study of socialization. The examples of the German upper and lower bourgeoisies around 1800. In: *Social History*, V, 1980.
- SCRIBNER, R. W. Police and the Territorial State in Sixteenth century, Wurtemberg. In: KOURI, E. I. (eds.) *Politics & Society in Reformation Europe* (London, Macmillan, 1987).
- SENNETT, Richard *The Fall of Public Man*. Cambridge, Cambridge University Press, 1977.
- SHORTER, Edward *The Making of the Modern Family*. New York, Basic Books, 1975.
- SIMMEL, Georg *The Sociology of Georg Simmel*. New York, Free Press, 1964.
- SMITH, Denis Review article: Norbert Elias, established or outsider? In: *Sociological Review*. XXXII, 2, 1984.
- SONNTAG, Michael *Die Seele als Politikum Psychologie und die Produktion des Individuums*. Berlin, Dietrich Riemer, 1988.
- . Die Erzeugung von Innenraumen. Machtwirkungen in der Genese abendländischer Individualität. In: *Psychologie und Geschichte*, I, 1, 1989.
- SPIEGEL, G. M. Moral imagination and the rise of the bureaucratic state: images of government in the *Chronique des Rois de France*, Chantilly, MS. 869. In: *Journal of Medieval & Renaissance Studies*, XVIII, 2, 1988.
- SPITZER, Steven Security and Control in Capitalists Societies: the fetishism of security and the secret thereof. In: LOWMAN, John et alii (eds.) *Transcarceration: essays in the sociology of social control*, Aldershot, Gower, 1987.
- STRETTON, Hugh *The Political Sciences. General principles of selection in social science and history*. London, Routledge & Kegan Paul, 1969.
- TAYLOR, Charles Inwardness and the Culture of Modernity. In: NONNETH, Axel et alii (eds.) *Zwischenbetrachtungen: Im Prozess der Aufklärung*. Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1989a.
- . *Sources of the Self: the making of the modern identity*. Cambridge, Cambridge University Press, 1989b.



TENTLER, Thomas N. The summas for confessors as an instrument of social control. In: TRINKAUS, C. & OBERMAN, H. A. (eds.) *The Pursuit of Holiness in Late Medieval and renaissance Religion*. Leiden, E. J. Brill, 1974.

_____. *Sin and Confession on the Eve of the Reformation*. Princeton, N. J. Princeton University Press, 1977.

THOMPSON, Edward P. Time, work discipline and industrial capitalism. *Past and Present*, XXXVIII, 1967.

TREIBER, H. & STEINERT, H. *Die fabrikation des zuverlässigen Menschen. Über die "Wahlverwandschaft" von Kloster und Fabrikdisziplin*. München, Heinz Moos, 1980.

VINK, E. "Ende nyemant en moet...Laat-midleeuwse stedelijke overheden en hun keuren ten aanzien van geboorte, huwelijk en sterven. In: *Volkskundig Bulletin*, XV, 1, 1989.

VERRIPS, Kitty Noblemen, farmers and labourers: a civilising offensive in a Dutch village. In *Netherlands Journal of Sociology*, XXIII, 1987.

WEBER, Max *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik*. Tübingen, J. C. B. Mohr, 1924.

_____. The Sociology of the World Religions. in: GERTH, H. & MILLS, W. (eds.) *From Max Weber: essays in sociology*. New York, Oxford University Press, 1946.

_____. *The Methodology of the Social Science*. New York, Free Press, 1949.

_____. *The Religion of China*. Glencoe, III, Free Press, 1951.

_____. *Ancient Judaism*. Glencoe III, Free Press, 1952.

_____. *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. London, Allen&Unwin, 1974.

_____. *Economy and Society*. I & II. Guenther ROTH & Claus WITTICH (eds.). Berkeley, University of California Press, 1978a.

_____. Anticritical last word on "The Spirit of Capitalism". In: *American Journal of Sociology*, LXXXIII, 5, 1978b.

WESSBROD, Bernd Wohltätigkeit und "symbolische Gewalt" in der Frühindustrialisierung. Städtischer Armut und Armenpolitik im Wuppertal. In: MOMMSEN, Hans & SCHULSE, Winfried (eds.) *Vom Elend der Handarbeit*. Stuttgart, Klett-Cotta, 1981.

WIRTH, Jean Against the acculturation thesis. In: GREYERZ, Kaspar von (ed.) *Religion and society in Early Modern Europe 1500-1800*. London, Allen&Unwin, 1984.